

Os discursos da imprensa escrita nacional sobre as Paradas LGBTI+ do Rio de Janeiro de 1995 a 2005

ANA CONDEIXA DE ARAUJO¹
Universidade do Grande Rio

Resumo: O trabalho aqui apresentado é parte de um estudo mais amplo e que se propõem a analisar os 25 anos das Paradas LGBT². A pesquisa apresentada a seguir, teve como objetivo analisar a construção do discurso jornalístico na primeira década das Paradas, a fim de verificar no seu discurso a forma com a qual ela vem trabalhando as identidades homossexuais nas matérias da mídia impressa. Trabalhamos com os discursos produzidos pela imprensa escrita por ocasião das realizações das Paradas na cidade do Rio de Janeiro no período que compreende os anos de 1995 a 2005. Ao total foram 55 matérias analisadas a luz da Análise de Discurso Francesa. A cobertura se focou no cenário local e reservou pouco espaço em suas capas para tratar do tema, ainda que tenhamos escolhido uma data de culminância. A mídia, cuja divulgação das notícias acerca das questões acerca dos LGBTs é muitas vezes problemática, cumpriu seu papel de levar informação ao seu público leitor, mas deixou abertos flancos sujeitos à penetração das questões morais e ideológicas. Palavras-chave: Manifestações culturais – Movimentos sociais – Imprensa

Abstract: The article presented here is part of a larger study that aims at analyzing the 25 years of LGBTI + Parades. This research aims to analyze the construction of journalistic discourse in the first decade of the Parades in order to verify in it how the homosexual identities have been approached by the printed media. The selected corpus was the discourses produced in the articles, on the occasion of the Parade achievements in the city of Rio de Janeiro during the period from 1995 to 2005. In total there are 55 articles, were analyzed in the light of the French Discourse Analysis. The coverage focused on the local scene and reserved little space in its covers to address the issue, although we have chosen a culmination date. The media, whose disclosure of news about LGBTs issues is often problematic, fulfilled its role of bringing information to its readership, but left open flanks subject to the penetration of moral and ideological issues.

Keywords: Cultural manifestations - Social movements – Press

Recebido em 05/02/2018 e aceito em 22/01/2018.

1. Doutora em Ciência pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação (PPGICS/ICICT/Fiocruz, em pesquisa em andamento intitulada *A construção de um corpo transexual pela imprensa escrita brasileira*. Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais(CPDOC/FGV). Professora e coordenadora dos cursos de jornalismo e publicidade da Universidade do Grande Rio José de Souza Hery-Unigranrio. e-mail: ana.araujo@unigranrio.edu.br.

2. Sigla que reúne e nomeia o movimento protagonizado por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Tal movimento era conhecido como GLBT anteriormente e, após a I Conferência GLBT, em 2005, ficou convencionado que a nomenclatura a ser adotada seria essa. FACCHINI, Regina. SIMÕES, Julio. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.15.

Introdução

No texto “Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso no Brasil”, Affonso Albuquerque discute a imprensa e a coloca como “um poder moderador” imperial travestido numa releitura do que vem a ser o “quarto poder”, anteriormente atribuído à imprensa americana e o que ela permite ao assumir uma postura de “defensora dos direitos da sociedade e guardiã da mesma. Diz o autor que “os jornalistas brasileiros se veem tentados a realizar simbolicamente a justiça que ela não é capaz de fazer” (ALBUQUERQUE, 2000, p.23). A mídia tem papel chave nesse processo, como fiscalizadora e construtora de percepções de realidade e, desta forma, ela se instaura como poder e sua verdade se institui como “a verdade”.

Não é de hoje que há um grande investimento, seja de Organizações ou pessoas, na busca do que chamamos de mídia espontânea. A cada ano cresce o número de assessores de imprensa que “lutam” para que seus clientes tenham suas “histórias” contadas: tragédias ou conquistas, lançamento de produtos, sucessos ou insucesso nos espaços jornalísticos. Entre outras palavras, o que se busca é a credibilidade proporcionada pela imprensa, uma vez que o que fortalece o poder da mídia é o fato de ela dar credibilidade a tudo que diz. Ela tem o poder de instituir o que acredita ser verdade e o seu poder de convencimento é indiscutível.

Como estratégia para pautar assuntos de seu interesse nos veículos jornalísticos, o movimento social LGBT tem investido em ações, atividades e eventos que buscam ganhar espaço e visibilidade na grande imprensa, como por exemplo: as Paradas do Orgulho LGBT, que, atualmente, acontecem em mais de cem cidades brasileiras. Em função do nosso interesse em refletir como a imprensa vê, pensa e constrói discursos, seja revelando notícias do cotidiano, seja como produtora de realidades, pesquisamos em jornais e revistas, em especial, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, dos anos 1995 a 2005, a cobertura das Paradas do Orgulho LGBT.

Com a *Marcha pela cidadania de gays e lésbicas*, no Rio de Janeiro, em 1995, o movimento sai do armário, ganha as ruas, as novelas, a mídia em geral e se transforma em assunto já não tão proibido, garantindo, desde

então, a luta plena por direitos, muitas conquistas e vitórias. Dez anos depois, em 2005, o Governo Federal, através da Secretaria dos Direitos Humanos, lançou o “Brasil sem homofobia: programa para combater a violência e a discriminação contra GLBT e de promoção à cidadania homossexual”³; no mesmo ano, a Parada de São Paulo se confirma a maior do mundo, reunindo 2,5 milhões pessoas⁴. Pesquisas lideradas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) apontam que, de 1963 a 2008, foram mortos mais de 3 mil homossexuais.

Para nós, o discurso jornalístico, assim como para vários autores da Análise do Discurso, como Milton José Pinto e Eni Orlandi, não se resume apenas aos elementos textuais, mas em que veículo está publicado, o público-alvo a que se destina, se há ou não foto ilustrando a matéria, o texto da legenda da foto, a página onde foi publicada (se par ou ímpar), o dia da semana etc. O discurso para Foucault, não é simplesmente uma linguagem falada ou escrita. Para ele, a operação “consiste em não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas antes, como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2004, p.55). A construção do discurso está preenchida de ideologia, sua fala não é apenas notícia, não é apartada da ideologia de seu escriba e é também atravessada por outras inúmeras vozes e discursos, como nos esclarece Eni Orlandi:

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. (ORLANDI, 2007, p.17)

Ou ainda, como diz Pêcheux(1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido. A ampliação do papel da mídia, que passa a ser palco de legitimação discursiva e política,

3. Fonte: Secretaria de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro

4. Fonte: Associação da Parada do Orgulho de São Paulo.

com o surgimento de novos espaços midiáticos e a formação de redes de informação e comunicação, na qual a circulação é vista como valor; e, por fim, como propõe Nestor Garcia Canclini, o consumidor que se organiza e começa a compreender que seus atos de consumo, quando conscientes, podem ser atuações cidadãs, políticas, e que ao interagir com as empresas assume uma posição de coprodutor do que irá consumir. (CANCLINI, 1999, p. 75)

Entendendo a história dos movimentos sociais

É imprescindível que, antes de entendermos o Movimento LGBT, entendamos o caminho percorrido pelos movimentos anteriores, como o Movimento Homossexual Brasileiro – MHB –, iniciado nos anos 1970, numa trajetória que o levou do gueto às ruas, ou seja, como se transformou num movimento social. Para entendê-lo, é vital que se busque conhecer a história dos movimentos sociais no Brasil de forma sintética e sem a pretensão de esgotamento desta discussão.

Para Maria da Glória Gohn:

“os movimentos sociais constituem (...) ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas”. (GOHN, 1997, 40)

Giddens (1997) vê os movimentos como uma resposta aos estímulos externos. O autor divide o movimento entre ações que são geradas por tensões estruturais, como, por exemplo, o movimento negro; crenças generalizadas, exemplificadas por movimentos civis; distúrbios e violência, que seriam os movimentos de rua, quebra-quebra etc.; e aqueles que são deflagrados por situações de controle social, como os transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas, dos sujeitos/atores

coletivos. Ou como define Gohn:

“[os] movimentos são frutos de ideias e práticas. As práticas fluem e refluem. As ideias persistem e se transformam agregando elementos novos, ou negando velhos, segundo a conjuntura dos tempos históricos” (GOHN, 1997, p. 101)

Gohn (1997) ainda nos ajuda a traçar o caminho dos movimentos sociais no Brasil e revela que na nossa memória histórica sempre houve uma luta por direitos. No Brasil Colônia e no Império, podemos destacar, por exemplo, o Quilombo dos Palmares (1630), a Inconfidência Mineira (1789) e Canudos (Bahia, 1874-97). O fim da escravidão e a chegada dos imigrantes, substituindo a mão-de-obra escrava por assalariados, acabam por constituir um proletariado urbano. Surgem então as organizações de luta e resistência dos trabalhadores.

Nos primeiros trinta anos do século XX, surgem várias revoltas militares e movimentos das camadas médias da população urbana, bem como movimentos messiânicos e de cangaceiros, no Nordeste. A Revolução de 30, articulada pelas elites, demarca um novo tempo no país, e tal mudança possibilita o surgimento de uma classe operária de migrantes brasileiros vindos do campo. O governo Vargas promulga uma série de leis destacando a Legislação Trabalhista. Ministérios e secretarias são criados e a questão social, anteriormente um problema da Polícia, passa a ter atenção do governo.

O período pré-ditadura, que envolve o Pós-Segunda Grande Guerra, até o Golpe de 1964, encontrou um regime populista, mas fértil em lutas e movimentos sociais. A conjuntura de redemocratização do país, o desenvolvimento de uma sociedade de consumo e a Guerra Fria, também propicia projetos nacionalistas como a entrada das multinacionais, a criação da Petrobras e a construção de portos e usinas hidrelétricas. A inauguração da primeira fábrica de automóveis faz nascer a classe operária: os metalúrgicos do ABCD Paulista. As greves começaram a eclodir por todo o país. Entre 1964 e 1969, os movimentos de resistência foram poucos. Influenciados pela conjuntura nacional e internacional – principalmente

por Maio de 1968, na França, e pela política cultural maoísta na China —, os estudantes roubam a cena e entram para a história como novos atores nessa cena. O Ato Institucional nº 5 inicia uma era de medo, repressão, violência e desrespeito aos direitos humanos.

No mesmo período, nos EUA, se iniciam inúmeros e importantes movimentos em prol dos direitos civis: o Movimento Feminista com campanhas pelos direitos das mulheres e contra todas as outras formas de discriminação; o Partido Pantera Negra para Autodefesa, mais conhecido depois como Panteras Negras, cuja finalidade original era patrulhar guetos negros para proteger os residentes dos atos de brutalidade da polícia; o pastor protestante e ativista americano Martin Luther King (1929-1968) tornou-se um dos mais importantes líderes do ativismo pelos direitos civis (para negros e mulheres, principalmente), através de uma campanha de não violência e de amor para com o próximo; e a Rebelião de Stonewall, considerado como o evento que deu origem aos movimentos de celebração do orgulho gay.

Com os inúmeros movimentos em oposição ao regime militar no Brasil, nasceu uma luta social e uma forte resistência. Podemos então afirmar que o período da Ditadura Militar no Brasil foi propício para a efervescência dos movimentos sociais. A consolidação dos cursos de Ciências Sociais propiciou um pensamento mais crítico frente à interpretação da realidade enfrentada no país. Os estudantes e os demais indivíduos que não aceitavam esse modelo de governo ditatorial, formaram uma massa de combate organizada. Sobre o papel dos movimentos sociais neste contexto, é inegável “que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988” (GOHN, 2011, p. 23). O movimento de oposição e contestação ao regime militar tinha um propósito claro: defesa dos valores do Estado democrático e crítica a toda forma de autoritarismo estatal. A resposta do governo militar, como sempre, foi dura na repressão às manifestações dos que discordavam do regime. A violência e a tortura alcançaram seu auge com o AI-5 (Ato Institucional número 5), que vigorou de 1968 a 1979.

Um bom exemplo de organização e luta, podemos encontrar através do movimento indígena no século XX na luta pelos seus direitos e reconhecimento de seus valores, cultura e tradição. As últimas décadas do século foram marcadas por diferentes movimentos sociais que habilmente foram construindo sua identidade, as formas de atuação, as pautas de reivindicações, os valores e, sobretudo, seus discursos que o caracterizavam e o diferenciavam de outros. Foi uma época extramente fértil, pois novas lutas surgiram, novas causas, nunca antes pensadas. Uma participação efetiva de cidadãos e cidadãs, na busca por direitos e por políticas que os afetavam diretamente. A causa dos idosos, das crianças, dos “Sem Teto” e “Sem Terra” e das pessoas acometidas pelas AIDs se juntavam às causas mais conhecidas como as dos negros, das mulheres, dos *gays*.

E foi essa parcela da sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais e populares, que influenciou nas decisões políticas e na construção da Constituinte de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Fato é que Constituição Federal de 1988 é que “[...] abriu espaço, por meio de legislação específica, para práticas participativas nas áreas de políticas públicas, em particular na saúde, na assistência social, nas políticas urbanas e no meio ambiente” (AVRITZER, 2009, p. 29-30), seja através de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (art. 14, incisos I, II e III; art. 27, parágrafo 4º; art. 29. Incisos XII e XIII), seja através da participação na gestão das políticas de seguridade social (art. 194), de assistência social (art. 204) ou dos programas de assistência à saúde da criança e do adolescente (art. 227).

Vale lembrar a importância da criação da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1952, liderada por Dom Helder Câmara e o desenvolvimento de uma “ala esquerda do catolicismo brasileiro”. “O comunitarismo cristão enraizou-se na vida popular por intermédio de 70 mil CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] que organizavam cerca de 2 milhões de ativistas cristãos, agindo dos anos 1960 até os anos 1990” (GUIMARÃES, 2009, p. 18). Desse movimento surgiu uma corrente que orientou suas atividades, com base em princípios da moral cristã como a igualdade e a solidariedade, tendo como opção preferencial os pobres.

A última década do século XX foi marcada pelo fortalecimento dos

movimentos populares, pela criação e o aumento considerável do número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social. As associações de bairro, representantes de periferias e de moradores de classe média, também em expansão, reivindicam a concessão de direitos sociais. Os novos movimentos sociais que emergiram durante os anos 1990 até os atuais são frutos de demandas sociais como o Movimento de Mulheres, o Movimento LGBT, o Movimento Negro, Movimento Indígena entre outros.

Já no século XXI o que se observa é o surgimento de uma “rede de movimentos sociais”, potencializadas pelas mídias digitais, com o objetivo claro de fortalecer o papel da sociedade na esfera pública e defesa radical dos valores democráticos, com total autonomia dos movimentos sociais em relação ao poder público. A mesma “rede” também é usada por políticos e os Partidos. Isso não significa dizer que não seja uma forma organizada de articulação política, para um grupo ou outro. Isso pode ser explicado pela “ascensão de novos grupos ao poder, e reformas na gestão das políticas sociais são parte da explicação” (GOHN, 2014, p. 51).

Numa sociedade onde há inúmeros processos de exclusão social e baixa participação política por parte da população, cabe ressaltar que a criação e a implantação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e de experiências de Orçamentos Participativos, fruto desse contexto democrático do país. Os conselhos de políticas públicas tornaram-se um amparo para que as classes menores sejam ouvidas e possam contribuir na criação de políticas públicas que atendam as necessidades destes grupos sociais, logo tendo a atuação desses indivíduos pertencentes destes grupos materializando e fortificando a participação social da população.

Sem sombra de dúvida, uma educação voltada para o exercício da cidadania em seu sentido mais global, em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam, poderia ser a saída para uma sociedade justa e igualitária. Mesmo porque os movimentos sociais ora adquirem força na luta por direitos, ora perdem essa força de lutar contra o poder instituído; seja pela pouca participação de atores, salvo em caso de grandes e graves conflitos; seja até pela falta de habilidade técnica ou política para garantir a efetividade de seus direitos.

Do movimento homossexual brasileiro à luta pelos direitos às identidades LGBTI+

No século XIX, o campo das teorias biomédicas dedicou grande atenção à sexualidade humana. Entretanto, as orientações eram um conjunto de preocupações políticas e morais, voltadas para a identificação de toda sorte de anomalias, perversões ou ameaças na esfera da sexualidade, que poderiam causar dano à saúde da família e, por extensão, à saúde da nação. E o objetivo de mapear as supostas anomalias tinha o desígnio de circunscrever um modelo ideal de sexualidade moral e saudável. Assim, o sexo deveria ser praticado somente entre adultos do sexo oposto ao seu e cuja identidade de gênero coincidissem com o seu sexo biológico, e o único objetivo dessa relação sexual, era a reprodução (FACHINI; SIMÕES, 2009, p. 39). Ainda segundo os autores, havia um grande interesse em entender o desejo das pessoas pelo mesmo sexo. O jurista Karl-Heinrich Ulrichs (1825-1895) adotou o nome “uranista” para definir pessoas que sentiam atração pelo mesmo sexo. Ele acreditava que os “uranistas” constituíam um terceiro sexo, o que expressou na famosa figura do “homem aprisionado no corpo de mulher” e vice-versa. O termo “homossexual” foi criado e usado pela primeira vez em 1869, pelo jornalista e memorialista húngaro Karl- Maria Benkert, em dois folhetos, nos quais argumentava contra a lei prussiana que punia sodomia masculina.

Um dos primeiros estudos modernos sobre a homossexualidade como fenômeno socialmente significativo, que recebeu destaque nos meios acadêmicos, foi o realizado pelo biólogo e sociólogo americano Kinsey, nos Estados Unidos, entre 1948 e 1953. Para ele, todas as pessoas seriam potencialmente capazes de responder eroticamente a estímulos sexuais provenientes de pessoas do sexo oposto ou do seu mesmo sexo. Sobre a discussão científica e social acerca da normalidade ou anormalidade da sexualidade humana, o filósofo francês Michael Foucault (1998) afirmou que a sexualidade humana, através da história, esteve sob a suposta ameaça de ser dominada por processos patológicos, o que teria levado as ciências e a religião a intervirem, atuando tanto no plano da prevenção como no da cura e normalização.

Entender a sexualidade humana, suas particularidades, tensões e origens, ainda é um desafio para a ciência, mesmo no século XXI. Mas enquanto os cientistas se debruçam sobre tais comportamentos em si, milhões de pessoas homossexuais espalhadas pelo mundo precisam ter seus direitos garantidos, assegurados. O que vem produzindo toda uma gama de estudos cuja preocupação vem sendo o enfrentamento das relações sociais estabelecidas a partir de categorias como homossexualidade, transexualidade, lesbianidade, intersexo, *queer*, entre outras. Por esse motivo, a história da luta pelos direitos dessas pessoas é o que vamos discutir a partir de agora.

O atual Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros teve início aqui no Brasil nos anos 1970 e, por décadas, foi conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro ou, simplesmente, MHB. Somente a partir de 1992, passou a ganhar outras siglas e nomenclaturas. As lésbicas foram incluídas no encontro em 1993. A partir de 1995, o então MHB passou a se chamar “gays e lésbicas”. Neste ano foi fundada associação de Gays, Lésbicas e Travestis-ABGLT. No encontro de 2005, os bissexuais e transgêneros foram incluídas nas identidades LGBT. (FACCHINI; SIMÕES, p.15)

Entretanto, é importante observar que, em algumas produções acadêmicas atuais, os indivíduos intersexuais e as identidades *queer* aparecem nos textos acadêmicos e em algumas discussões no movimento, o que indica uma possível mudança na sigla que reúne as identidades homossexuais. Para o antropólogo argentino Mauro Cabral, em texto publicado no site da ILGA (Internacional, Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), em 10 de janeiro de 2009, a intersexualidade “é um termo guarda-chuva, descrevendo uma grande variedade de situações em que os genitais de uma pessoa não correspondem aos estereótipos sociais, culturais e políticos atuais”. A definição de *queer*, em inglês, quer dizer estranho, esquisito, algo que difere do convencional ou da norma. Pode ser usado de forma pejorativa, em particular para se referir a homossexuais. Entretanto, nas últimas duas décadas, a palavra vem sendo apropriada por homossexuais e acadêmicos de forma afirmativa. Em seu artigo, *Mais definições em trânsito*, Leandro Colling, defende que os pesquisadores *queer* trabalham com uma

não afirmação da identidade sexual, a identidade como uma performance, deixando livre para o indivíduo ser o que quiser ser naquele momento. (COLLING, 2014, p. 24)

Para começarmos, então, a entender o Movimento Homossexual Brasileiro, vamos utilizar o mesmo recurso de Facchini e Simões, eles adotam o que chamam de convenção de “uma série de estudiosos” (FACCHINI; SIMÕES, p. 13) para afirmar que o movimento homossexual no Brasil surge no final dos anos 1970, portanto, há três décadas, “a bibliografia converge ao considerar o final dos anos 1970 como marco do surgimento de movimento homossexual no Brasil”. Para os mesmos autores, o movimento homossexual viveu três ondas: a primeira começa durante o processo de abertura, quando surgem os primeiros grupos “pequenos e corajosos, autônomos e autofinanciados”, imbuídos de uma ética democrática e igualitária, desafiando o regime militar, o preconceito e as desigualdades de gênero; a segunda, em meados dos anos 1980, passando pela Assembleia Nacional Constituinte, pelo anúncio da pandemia de AIDS, pela institucionalização do movimento e pelo estabelecimento crescente de parcerias entre os grupos e o Estado que trazem suporte, sobretudo financeiro e externo, aos grupos militantes; a terceira, a que vivemos atualmente, tem início nos anos 1990 e surge com a multiplicação dos grupos, com a criação de redes de discussão, com a abertura de um mercado específico e com a organização das Paradas, que levam milhões de pessoas às ruas todos os anos. Especialmente com relação a estas últimas, Peter Fry ressalta a importância para o fortalecimento deste movimento social: “a organização das mais de cem Paradas do Orgulho LGBT (...) fizeram com que o movimento se tornasse o maior do Brasil”. (FRY, Peter, p. 23)

Para iniciarmos a historiografia do movimento, vamos partir do lançamento, no Rio de Janeiro, do jornal *Lampião da Esquina*, em 1978, tido como início do movimento propriamente dito. A ideia do veículo surgiu a partir da visita ao Brasil do editor Winston Leyland, da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco (EUA). O período de lançamento do jornal e da formação do grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual – é marcado pelo início de uma abertura política no país. Um ano depois, o intuito era formar

alianças com outras minorias, como os negros, os índios, as feministas e o movimento ecológico, para ganhar força, como nos mostra Fry.

“O Jornal *Lampião*, editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais que pretendiam originalmente lidar com a homossexualidade procurando forjar alianças com as demais minorias, ou seja, os negros, as feministas, os índios e o movimento ecológico.” (FRY, Peter, p. 23)

Em tese intitulada *Impressões de identidades: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil*, José Luis Pinto Rodrigues defende que o objetivo do jornal era “formar a consciência homossexual para que o leitor pudesse se assumir e fosse aceito como cidadão”. Por compor uma equipe tão plural, de pensamentos e ideologias tão distintas, o *Lampião* acabou por ter problemas, sem, no entanto, deixar de cumprir o seu papel como veículo: logo cedo as disputas por temas acabariam por enfraquecer o jornal, o que pôde ser percebido logo de início pela falta de um editorial dirigido.

Mesmo com tais limitações, o *Lampião* sobrevive e se torna a mais importante publicação brasileira de temática homossexual até os dias de hoje, seja por proporcionar uma abertura de espaço para o movimento, seja pela coragem, seja pelo pioneirismo em abordar um tema tão polêmico para o contexto histórico em que se encontrava o país naquele momento. Infelizmente, sua última edição saiu em julho de 1981, deixando órfão de comunicação o então MHB. Da divisão do SOMOS, nascem três grupos distintos: o SOMOS, o Grupo Lésbico-feminista, rebatizado posteriormente de GALF (Grupo de Ação Lésbico-feminista) e o grupo Ação Homossexualista, mais tarde rebatizado de Outra Coisa, que, em 1987, lança a revista *Um outro olhar*. Outros veículos de comunicação foram lançados, tais como os boletins *Chanacomchana*, produzido pelo GALF, e *Corpo*, produzido pelo grupo SOMOS, em 1981 e 1982, respectivamente.

Os anos 1980 foram repletos de acontecimentos e surgiram ações contra a discriminação e a favor dos direitos dos homossexuais. Em 1982, são diagnosticados os primeiros casos de AIDS no Brasil. Nessa ocasião, o HIV era também conhecido como “peste rosa” e “câncer gay”

(FAUSTO NETO, 1999, p. 38), pelo alto índice de contaminação no grupo de homossexuais masculinos. O Conselho Federal de Psicologia do Brasil, por exemplo, deixou de tratar a opção sexual como doença em 1985. Em 1986, foi aprovada a modificação do Código de Ética dos Médicos e a inclusão de artigo que proíbe a discriminação por orientação sexual. Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da sua lista internacional de doenças mentais em uma Assembleia Geral. Até então, a homossexualidade era tratada como doença e em alguns países, existia “tratamento”. A data é considerada um marco e se comemora o Dia Internacional contra a Homofobia. Nesse mesmo ano, forma-se a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e organiza-se o Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde.

O final da década foi marcado pela luta inglória de João Antônio Mascarenhas - de acordo com a publicação “Uma história de Dignidade”, do Grupo Dignidade de Curitiba, publicada em 2008, na pág. 30 - o advogado gaúcho foi o primeiro homossexual brasileiro a ser convidado a falar no Congresso Nacional, para debater com os Constituintes a inclusão da discriminação por orientação sexual na Constituição Brasileira. Segundo Leila Miccolis, a luta do MHB não era somente para abolir leis repressivas, nem para integrar “coitados” na sociedade ou criar leis antidiscriminatórias. Seu objetivo principal era a “transformação da mentalidade da sociedade como um todo” (MÍCCOLI; DANIEL, 1983, pág. 77).

Compreendendo os discursos da imprensa

A Escola Francesa de Análise do Discurso procura compreender a relação estabelecida pelo sujeito com a história e com a língua, definindo discurso como resultado de um processo de construção simbólica, em que os sentidos são construídos, emergem e inscrevem-se a partir da relação que é estabelecida com os sentidos já postos em funcionamento e sempre retomados por sujeitos, num constante movimento em (dis)curso, a cada situação de enunciação. Para Pecheux, todo discurso é o índice potencial de

uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, “na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.” (PÊCHEUX, 1990, p. 96). Dessa forma, os sentidos são produzidos pelos sujeitos, amparados pela memória discursiva, que é o que permite a sustentação ou a quebra/ruptura do que está instituído, e pela ideologia, orientadora de tal processo, naturalizando posições para o sujeito e fazendo suas palavras parecerem claras e evidentes, enfim, indicadoras de uma relação termo a termo com o mundo.

Segundo Eni Orlandi, em *Análise de Discurso* parte-se de uma escuta, aliada a um exercício de interpretação e compreensão: o de interpretar um contexto imediato e o de compreender a opacidade da linguagem, a historicidade dos sentidos, a constituição do sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. São dois movimentos: interpretar e compreender os funcionamentos. Compreender é a explicitação do modo como o discurso produz sentidos e interpretar não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto; ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentidos, sabendo que o sentido pode ser sempre outro.

A metáfora para a AD não se coloca nem como comparação, nem como desvio, mas como transferência. Uma transferência que se dá num processo contínuo de deslizamentos de sentido (base dos efeitos metafóricos), através dos quais é possível se chegar tanto ao lugar da interpretação quanto ao lugar da historicidade. Por esse caminho é que também se chega à afirmativa de que não há sentido sem metáfora e de que as palavras não significam por si só. Para Pêcheux (1975), o sentido se delinea sempre na relação que uma palavra, uma expressão, etc. têm na relação com outra palavra, outra expressão, etc. Daí afirmar que “as palavras falam com outras palavras” (ORLANDI, 1999, p.45) e se ter a constatação de que todo discurso vai estar configurado em relação a uma gama de dizeres que ocupam a memória.

Metodologia

A base análise dos discursos é o enunciado. O estatuto do enunciado se difere de informações puramente factuais ou protocolares. Os enunciados, em geral, são opacos ou ambíguos e só podem ser lidos com referência a outros textos: a sequência discursiva não pode ser considerada somente como articulação de informações elementares, mas como uma série de mudanças de níveis sintaticamente recuperáveis. Logo: é inevitável a análise sintática da língua, fundada sobre o conhecimento de um real próprio à língua. A sintaxe é o algoritmo do discurso. “A paráfrase sintática é na verdade fruto da articulação de duas hipóteses fundamentais da análise de discurso: hipótese da importância teórica do núcleo autônomo da sintaxe e hipótese sobre a produção discursiva de sentido.” (PÊCHEUX, 2011, p. 14). Assim a tomada de processo discursivo se faz considerando sua visibilidade a partir de várias sequências. Para tanto, pressupõem-se algumas etapas.

1ª. Etapa: representação do *corpus* em sequências autônomas. Autônomas porque, ao selecioná-las, quebramos o fio do discurso e permitimos que sejam tratadas pelo algoritmo como entidades independentes.

Segmentação: critérios sintáticos, quando se consideram as ligações interfrásticas.

Ligações: (a) conectivos, locuções adverbiais e preposicionais, advérbios frasais; (b) anáforas e elipse; (c) marcas de enunciação: modo-tempo-aspecto e determinantes.

A combinação desses critérios permite recortar os enunciados.

2ª. Etapa: divisão do *corpus* em certo número de sequências discursivas autônomas (SDA), tratadas pelo algoritmo como unidades máximas de comparação.

Fórmula SD: traços da argumentação intradiscursiva, constituída de índices de frases acompanhadas de suas marcas formais de enunciação e de ligações sintáticas que se ligam. Chega-se, assim, à não linearidade do

fio discursivo. No nosso caso, os títulos das matérias serão as Sequências Discursivas (SD).

3ª. Etapa: análise sintática da frase.

Análise

Usamos como acervo para a nossa pesquisa, a base de dados do Centro de Documentação da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS-ABIA, com sede no Rio de Janeiro. E quanto ao recorte de tempo, trabalhamos com o período de 1995 a 2005. Fundada em 1990, além da importância na luta contra a AIDS, a associação era uma referência no enfrentamento das questões ligadas aos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Mais do que saber o que os jornais publicaram, buscávamos compreender, o que tinha sido relevante a ponto de passar a fazer parte do *clipping* da instituição.

Encontramos um grande volume de material referente ao marco da mudança no cenário da luta pelos direitos dos homossexuais no Brasil, é a 17ª *Conferência Mundial da Internacional Lesbian and Gay Association (ILGA)*, realizada entre 18 e 25 junho de 1995, no Rio de Janeiro. A Conferência, os *Gay Games*, a *Marcha*, o *Encontro de Travestis e Liberados*. Ao total foram 55 matérias clipadas, 13 delas em notas em colunas sociais, dois eram Editoriais e uma era Carta ao leitor. A cobertura de 1995 contou com 30 matérias, as demais se dividiram entre os demais anos: 1996(10 matérias), 1997(10 matérias), 1998(3 matérias), 2001(1 matéria) e 2003(1 matérias).

Os anos de 2002 a 2005, não há nenhum material relativo às Paradas de Orgulho no CEDOC da ABIA, não que não tenham sido noticiadas.

Para o evento, a jornalista Danusa Leão, do *Jornal do Brasil*, criou, dentro da coluna que levava seu nome, a Agenda Rosa Choque. A edição de 2 de junho, abria a seguinte notinha: SD1

Poderosas, mesopotâmicas, necessárias e absolutas – mundo gay virá a loucura de 18 a 25 de junho quando começa a 17ª Conferência Internacional de Gays e Lésbicas.

A notinha é temática, mas há um deslocamento de sentido, pois, ao usar um linguajar atribuído ao público LGBT, a colunista acredita estar apoiando o evento e a importância do mesmo. Entretanto, quando diz que “o mundo gay virá a loucura”, joga por chão, a importância da luta, como se fosse um evento musical. Empobrece a luta, como se homossexuais só soubessem ou só estivessem autorizados a diversão e não a direitos.

A mesma coluna também publicou, na mesma data, outra nota que dizia: SD2

“a deputada Marta Suplicy virá acompanhada do seu marido, o senador Eduardo Suplicy, do qual, por via das dívidas, não desgrudará”.

Novamente, em tom de brincadeira, a jornalista parece estar apoiando a luta, mas põe em cheque a seriedade do tema, deslocando a luta e o importante apoio político para a causa, pondo novamente em primeiro plano uma possível cantada que o senador Suplicy poderia levar ou, pior ainda, deixando implícita a desconfiança que a deputada teria acerca da sexualidade de seu marido.

Outros temas foram abordados, tais como a presença de artistas como Lucélia Santos, Elke Maravilha e Letícia Sabatella, além do convite ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ainda não havia confirmado presença. Para fechar a mesma edição da Agenda Rosa Choque, a colunista dispara: SD3

O Rio de Janeiro jamais será o mesmo.

Apesar dos inúmeros e importantes apoios a Conferência, Danusa opta pelo tom dramático. A expressão jamais deixa no ar muitos sentidos diferentes. E coube ao leitor fazer uma leitura. Mas de toda forma, jamais tem uma dramaticidade que mais se aproxima a uma ruptura que, se ao se somar as demais notinhas, ganha um tom de final nada feliz.

O jornal *O Globo*, na mesma data, destinou duas páginas para falar do evento e abriu com a seguinte manchete: SD4

“23% da elite gay não usa camisinha”.

A expressão elite *gay*, pressupõe que haja outro grupo que não é elite, mas que não se sabe dela. Se parte da elite *gay* não usa preveservativo, ela está transmitindo HIV/AIDS? A manchete é bastante pejorativa e, mais um vez, os jornais apontam os homens homossexuais como responsáveis na transmissão das doenças sexualmente transmissíveis. O ano de 1996 foi o ano em que mais se morreu em decorrência da AIDS, mas já se sabia que outros comportamentos de risco e outros grupos também eram vítimas.

No dia seguinte, dia 3 de junho, Danusa Leão dispara:

“Já que junho será um mês totalmente *gay*, a exposição Correspondências, do Paço Imperial, chegou na hora certa e vai até 25 de junho, dia da Olimpíada *Gay*. Com uma temática *gay*, os artistas que lá expõem ou são *gays* ou têm muito a ver com os *gays* – o que quererá dizer isso? Cary Lebowitz, um dos artistas, é o criador de protetores de para-brisa plissados rosa choque – claro – com os dizeres: Não roubem o meu carro – sou bicha.” SD5

Cary Lebowitz, um dos artistas, é o criador de protetores de para-brisa plissados rosa choque – claro – com os dizeres: Não roubem o meu carro – sou bicha.”

Mais uma vez, a colunista, não se foca na importância da luta, usa a graça e desloca o sentido do evento. Deixa claro que o humor é permitido quando o assunto está ligados ao universo dos homens *gays*.

Nos dias a seguir, a colunista mantém a Agenda Rosa-Choque, trazendo sempre as novidades engraçadinhas acerca do evento. A palestra da deputada sueca Barbro Weterholm, autora da lei de união civil entre pessoas do mesmo sexo, ganhou pouca visibilidade dentro da coluna, deixando claro a posição da coluna e do jornalismo aquela altura sobre a relação com o evento e sua temática.

Em 6 de junho, em O Globo, na Coluna Swann liderada pelo

jornalista Ricardo Boechat, traz a notícia de que SD6

“(...) o episódio ‘A Adoção’, do ‘Você decide’, teve a exibição adiada. Tudo porque o vice-presidente de operações da Globo, José Bonifácio(Boni) Oliveira Sobrinho, não gostou do programa que trata de homossexualismo.”

Ao noticiar que um episódio de programa semanal é suspenso, o colunista toma partido e parece criticar, através da posição do Boni, a posição da emissora. De certa forma reforça a forma como o jornal do mesmo grupo trata a luta em que se baseia a Conferência.

No jornal O Dia, na coluna de Fred Suter, do dia 11 de junho, sob o título Lugar Certo, o jornalista informa acerca do gesto do governo em ceder espaço para a Olimpíada Gay. SD7

Nada mais apropriado que o gesto do governo do Estado de ceder o Rabicho da Tijuca, trecho não inaugurado do metro da Tijuca, para o encontro dos participantes da Olimpíada Gay, que está para acontecer no Rio.

A graça e o tom jocoso parece ser uma saída encontrada pelas colunas sociais para tratar a temática. Interessante é que a imprensa não pode ser acusada de não ter noticiado os eventos, mas a forma como o fez é que, talvez, fosse melhor não fazê-lo.

No ano seguinte, em 1996, o Rio lança a 1ª Parada do Orgulho Gay, em Copacabana. São Paulo só realiza a sua primeira Parada um ano depois. Por conta disso, a Parada carioca está sempre um número à frente. SD8

O jornal O Globo, em 1º de julho de 1996, na seção Rio, página 27, dá a seguinte manchete: Passeata gay anima o domingo frio na orla carioca

O jornal dá continuidade a cobertura, mas optar sempre por um discurso preconceituoso que está nas entrelinhas. A passeata não é para

animar, desloca o sentido do evento.

O Jornal do Brasil, na mesma data, anuncia: SD9

Calçadão cor-de-rosa. Passeata pede apoio à união entre gays.

O Jornal do Brasil ao usar calçadão cor-de-rosa, informa que a luta é somente de um grupo e não de toda uma sociedade, mesmo que, o texto deixe a entender que os *gays* pedem apoio da população.

No dia seguinte, a Coluna do Swan noticia a primeira agência de casamentos entre homossexuais com HIV+, a carioca *Only Gays*. Nos dias 9 e 11 de junho, a Parada volta a ser assunto na Coluna Swan com a chamada “Movimento Gay”, que dá detalhes sobre o evento. E a coluna Rosa-choque, do Jornal do Brasil, onde a presença da primeira-dama do Estado, Célia Alencar abrirá Duas matérias abordam as discordâncias em relação a união estável, sobre a biblioteca com temas ligados a homossexualidade, o apoio político a Chico Alencar e uma sobre um novo ponto de encontro *gay* em Copacabana.

Em 1997, os jornais não se furtaram a dar a notícia do casamento de Sarandah Villas-Boas e Jecimar Gomes durante a Parada carioca. Uma legenda de foto, em especial, de *O Globo* de 30 de junho de 1997, chama a atenção da matéria sobre a parada. Na foto, ao fundo, um trio elétrico com algumas pessoas olhando a cena: um travesti que observa um homem fantasiado conversando com um guarda da PM. A legenda diz: SD10

Um soldado teve que apartar a briga na manifestação, que reuniu 500 pessoas na praia de Copacabana”.

O título da matéria deixa a entender que a briga envolveu todos os participantes, quando, na verdade, foi uma briga pontual.

A Folha de S. Paulo, de 28 de julho de 97(p. 3-5), tem chamada que diz: SD11

“Gays fazem passeata no Rio e em SP”.

Ao localizar o movimento em duas cidades, o jornal deixa implícito que a luta está nestas cidades. Ao usar passeata e não informar o motivo, deixa parecer que gays sairão às ruas, só por sair, sem uma causa definida.

Considerações Finais

Diferente da imprensa carioca, a imprensa paulistana utiliza fotos distantes, sem detalhes nos manifestantes. Nesse mesmo ano, os jornais começam a falar de “grupos de extermínio de gays” (Tribuna da Imprensa, 07 de junho 97). Entre os anos de 1997 e 1999, as Paradas foram ganhando participantes e os seus temas foram: “Somos muitos, estamos em todas as profissões”; Direitos dos gays, lésbicas e travestis são Direitos Humanos”; Orgulho Gay no Brasil, rumo ao ano 2000”. Porém, o número de matérias apuradas em nossa pesquisa preliminar oscilou, já não atingiu nem de perto as matérias produzidas em 1995.

A imprensa vem ocupando um papel estratégico também ao oferecer visibilidade a este quadro de recrudescimento da homofobia e, mesmo ao oferecer da dos primários para a construção de estudos e pesquisas sobre o tema. Estudar a forma como vem se configurando o papel desse ator privilegiado torna-se, portanto, socialmente relevante e academicamente instigante.

Referências

- ALBUQUERQUE, Albuquerque. *Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil*. Revista Contracampo, Niterói, n. 4, jan-jun 2000, pp. 23-57.
- ARAUJO, ACC. *A AIDS e a Imprensa: as vozes e os silêncios nas reportagens do Dia Mundial da Luta Contra a AIDS de 1988 a 2013*. Tese defendida pela autora em 16/09/2016. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25378>
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas*. Campinas: Unicamp, 1998.
- AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e participação no Brasil democrático*.

- In: _____. [org.]. *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54. (Coleção Democracia Participativa).
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem (1929)*. São Paulo: Editora Hucitec/Anna Blume, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Caderno CRH*. Salvador, n. 35, jan-jun, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- COLLING, Leandro. Mais definições em trânsito: Teoria queer. UFBA, Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf> Acesso em: 23 de mai. 2018.
- FACCHINI, Regina. Simões, Julio. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- FAUSTO NETO, Antonio. *Comunicação & mídia impressa: Estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hackers, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FRY, Peter. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. 7ªed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011. Acesso em 22/05/2018.
- _____. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. (Questões da nossa época, 47).
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MÍCCOLIS, Leila. DANIEL, Herbert. *Jacarés & Lobisomes: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7ª

edição. Campinas: Pontes, 2007.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos*. 2ª edição. São Paulo: Hackers, 2002.

RODRIGUES, José Luis Pinto. *Impressões de identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil*. Niterói: UFF / Instituto de Letras, 2007. Tese de Doutorado.

TOURRAINE, A. *A palavra e o sangue*. Campinas: Unicamp, 1989.